

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

ARQUIVO DA COLEGIADA DE GUIMARÃES.

FARIA, João Lopes de

Ano: 1922 | Número: 32

Como citar este documento:

FARIA, João Lopes de, Arquivo da Colegiada de Guimarães. *Revista de Guimarães*, 32 (1) Jan.-Mar. 1922, p. 10-15.

Casa de Sarmiento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães
E-mail: geral@csarmiento.uminho.pt
URL: www.csarmiento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

ARQUIVO DA COLEGIADA

DE

GUIMARÃES

(Continuado do XXXI vol., pág. 251)

35.º

Carta de el-rei D. João I. em Cintra ⁽¹⁾, a 23. de Novembro da era de 1452, dirigida aos mesmos das antecedentes, mandando lhes não constranjam nem mandem constanger aos caseiros e lavradores da igreja de Santa Maria de Guimarães a contribuir e a servir nas obras das pontes, calçadas, caminhos ou em quaisquer outras obras nem em os pedidos, mas sim lhes guardem o privilégio que disso os isenta. (fl. 25 v.º).

36.º

Carta de sentença em nome de D. João I, rei de Portugal e do Algarve e senhor de Cepta, a Pedra-fonço seu corregedor em a comarca e correição de Entre Douro e Minho e a tôdas as justiças, etc, da apelação que diante do mesmo foi à côrte, em que era

Nota — A' carta publicada sob o n.º 31.º, a pág. 256 do XXXI vol., acrescenta-se: «Dada em Santarem, 20 dias do mez de Dezembro. El-Rei o mandou por Alvaro Rodrigues seu vassalo e ouvidor por elle na sua corte a que esto mandou lixrar. João Alvres a fez. Era de 1440 annos. Alvarus Roderici.» —

⁽¹⁾ Numa pública forma existente no livro 17 do arquivo do D. Priorado, diz ser em Santarém.

autor o concelho e réus o cabido, chantre e cónegos, da dita igreja de Santa Maria de Guimarães, na qual se diz por parte do concelho «que por nós e pelos outros reis que ante nos foram lhe foram outorgados todos seus bons foros, usos e costumes que sempre ouveram e haviam, segundo mais cumpridamente era conteudo em suas cartas e privilegios que dello tinham, e que antre os usos e costumes que assim antre elles havia assim era que quando acontecia que a carne era pouca, je o carniceiro não desse a carne por mandado do almotacé no talho ao melhor que houvesse na villa lhe pagara de injuria e de gentar 1 maravedi da moeda antiga, e se fosse outra pessoa sobmenos que dahi para fundo viesse em *albidro* do almotacé ou do juiz da villa, e se acontecesse que o almotacé a não quizesse dar a cada uma das ditas pessoas então havia de ser citado por dante o juiz da dita villa, e que o dito juiz lho havia de fazer correger com a sobredita pena, e que o dito costume fôra e era na dita villa usado, guardado, julgado e confirmado destanto tempo a cá,»

..... «e tendo assim seu costume como dito é que vos sobredito corregedor chegarades á dita villa em este anno da era d'esta carta, e sem porque e sem razão, e com tenção de lhe britar seus usos e costumes mandarades que qualquer almotacé ou carniceiro que não desse carne a cada um dos conegos da dita villa como primeiros que a houvessem daver que por cada uma vez lhe pagasse 700 libras desta moeda convem a saber o almotacé 350 libras e o carniceiro outro tanto indolhe em ello contra seus foros, usos e costumes»,

..... «fizestes pergunta ao procurador do dito cabido que era o que a esto respondia pelo qual foi dito que elles sobreditos beneficiados e clérigos enviando seus *sargentos* ao açougue da dita villa por carnes e pescados, e outras viandas por seus dinheiros, que os almotacés que pelo tempo era, e os carniceiros lhos não queriam dar como davam aos outros da villa de mais pequenas condições e que por esta razão lhes era forçado de muitas vezes leixarem o coro onde estavam ás matinas e missas, e oras, e por suas pessoas irem pedir os ditos mantimento e que tão pouco lhos davam como faziam a seus *sargentos* e os faziam hi estar brandando até que os da villa ou a mor parte d'elles

levavam os ditos mantimentos e que então os davam a elles, e que muitas vezes se partiam sem levar os ditos mantimentos, ou por ser ja tão tarde que lhe nom cumpria de os levar, ou por lhos darem de tal logar que ante os leixavom de tornar desâparando por esto o officio divinal a que estavam e que este aggravo nos enviaram dizer e nos pediram a ello remedio, e que nos lhe demos nossa carta para os juizes da dita villa porque lhes dessem os ditos mantimentos como primeiros, que os houvessem sem outro embargo, e que sem embargo desto elles nom podiam haver os ditos mantimentos dos almotacés e carniceiros, nom cumprindo a dita nossa carta, e que desto se vieram a nos outra vez crellar, e que nos lhe deramos outra carta para vós porque chegacedes á dita villa de Guimarães, e que com os juizes e vereadores e procurador e homens bons ordenacedes com o Priol e Chantre e cabido da dita igreja que elles houvessem as ditas carnes e pescados que houvessem mester para seus mantimentos, e suas casas como primeiros da dita villa pondo logo certa pena que ouvessem os officiaes e outras pessoas a que esto pertencesse de o fazer se o assim não fizessem e que vendo vós a nossa dita carta e em cumprimento della chegarades á dita villa e em vereação presentes os juizes, e vereadores e procurador, e homens bons Ordenaredes e mandaredes que elles ditos Priol e Chantre e Conegos e beneficiados ouvessem as carnes, e pescados, e viandas e lhes fossem dadas com'aquelles que as primeiro houvessem daver, e nom lhas dando asy nem fazendo dar que os almotacés lhe pagassem cem cem reis de tres libras e meia de pena cada um almotacé por cada uma vez, que lhe as ditas viandas dar nom quizessem, e nom sendo hi os almotacés e nom lhes querendo os carniceiros a dita carne assim dar como suzo dito é que esso mesmo pagassem a dita quantia e pena do qual mandado dê vós corregedor se devia cumprir e guardar, e manter sem embargo desses costumes do dito concelho que nom era em esta parte bom, e que nós nem os reis ante nos foram nom outorgarom, nem confirmarom salvo os bons usos, e costumes, e vós visto o dizer das ditas partes, e ante que se al fizesse fizestes vir os privilegios, e graças allegadas da parte do dito concelho, e outro sim as

nossas cartas, allegadas da parte do dito cabido com o mandado que por vós fôra feito em vereação sobreesto; e visto tudo por vós, e o que se por as partes rezoou por sentença definitiva Julgastes que a pena que por vos era posta e mandado em a dita vereação se cumprisse e guardasse e condemnastes o dito concelho nas custas direitas da qual sentença o concelho para nos apellou e vos lha recebestes, e atempastes, e visto por nós o dito feito e o que se por elle mostrava Acordamos que vos bem Julgastes e que se cumpra assim como por vós é julgado; e porem vos mandamos que cumprades e façades cumprir e guardar o dito vosso juizo pela guiza que por vos é julgado e por nós confirmado, e fazede vender e arrematar tantos dos bens moveis do dito concelho ante apregoados por tres nove dias porque os ditos reus hajam 79 libras de custas feitas da sua parte em a nossa corte. sc: escriptura e feitura d'esta sentença e sello della, e dias da pessoa de um requeredor do dito feito contadas sengeillas por Lourence Esteves nosso contador e quanto é na parte das custas da terra fazede-lhe alo contar as direitas, e vender, e arrematar por ellas seus bens, como suzo dito é, e se o movel nom abondar fazede-lhe vender a raiz, como manda a nossa ordenação; e al nom façades. Dada em Santarem 12 dias dagosto. El Rei o mandou por Ruy Fernandes ouvidor na sua corte que a esto mandou librar. Affonso Pêz. a fez. era de 1454 annos. Rodericus Legum escollar, outro si fazede vender e arrematar tanto dos bens do dito concelho porque os sobreditos autores hajam 79 libras que pagarom de dizima em a nossa chancellaria Rodericus a qual se acha com o sello pëndente.» (fl. 26 v.^o).

37.^o

Carta de D. Duarte, rei de Portugal e do Algarve e senhor de Cepta, a Aires Gomes da Silva, regedor da justiça em a comarca e correição de Entre Douro e Minho, fazendo-lhe saber que Afonso André, abade de S. Gens, lhe enviara dizer que a sua igreja tinha uma quinta em terra de Fernão Vasques da Cunha, com certos casais que haviam de haver certos dias de água em cada semana, de que sempre estiveram em posse,

e que ora, poucos tempos ha, o dito Fernam Vasques, como homem poderoso que é e senhor da dita terra, lhes mandou tomar a dita agua e os não queria usar d'ella, por a qual rasão um Gervaz Gonçalves, seu antecessor, que foi abbade da dita igreja, mandara citar um Garcia Pires, meirinho do dito Fernão Vasques, que lhes a dita agua tomava por mandado do dito Fernam Vasques, perante Lourence e Anes, corregedor que hi foi por nós, e contenderam perante el tanto por feito que a dita agua lhe fôra julgada por sentença, por a qual fôra mettido em posse da dita agua, e que depois desto o dito Fernam Vasques, como poderoso que é, mandara outra vez tomar a dita agua, e que por O lhe por muitas vezes (sic) lhe fôra requerido que lhe leixasse a dita agua así por el, como por o dito seu antecessor, e guardasse a dita sentença que sobre ello era dada «que o dito Fernam Vasques o não quizera fazer dandolhes em resposta que os porião em senhos carvalhos, e o dito corregedor se aló fosse». Pedindonos, etc., etc., com um instrumento publico que o dito Affonso André nos enviou mostrar. . . . com o teor da dita sentença e posse em que foi mettido por ella, que parecia ser feito e assignado por João Vasques, tabelião por nós em a nossa villa de Guimarães, aos 7 de maio de 1434 annos. Temos por bem e mandamos que vista esta carta vejaes a dita sentença e fazia cumprir e guardar, etc., etc. Dada em Obidos a 4 de setembro do anno do nascimento de 1434. El-Rei o mandou por João Mendes corregedor da sua corte. Bernaldesteues a fez. Etc., etc. (fl. 29).

38.º

Carta de el-rei D. Afonso V, em Guimarães, a 16 de Agôsto do ano de 1442, feita por Martim Gil, confirmando, a pedido do «Priol e Chantre e Cabido da Igreja de Santa Maria da Oliveira ⁽¹⁾ desta nossa leal villa de Guimarães», uma carta de el-rei D. João I, seu avô, em Guimarães, a 7 de Novembro da era de 1423, feita por Diogo Pires, tomando a Igreja de Santa Maria

(1) E' a 1.ª carta régia que traz êste título «da Oliveira».

de Guimarães, e seu Prior e Cabido, sob sua «defensom, guarda e incomenda» e dando-lhe por privilégio que «Nos e os Reis que depois nos vierem o não possamos contradizer nem revogar. Primeiramente mandamos que a dita Igreja, Prior, e Cabido e seus fameliarres, e domesticos, nem labradores, nem mancebos nem mançebas nem nenhuns seus sargentos nom paguem em fintas nem talhas nem vão com prezos nem com dinheiros nem sirvam em nenhum conçelho nem em outros nenhuns incaregos, nem lhe tomem nem mançosos nem mancebas nem os filhos dos seus lavradores nem sejão constrangidos que morem com amo contra suas vontades nem velem nem roldem e que outro sy nenhuma pessoa dos nossos Regnos por poderosa que seja nom pouze com elles nem com os seus lavradores nem lhe tomem palhas nem sebadas nem roupas nem galinhas nem bestas nem outras nenhuma suas couzas contra suas vontades nem paguem nenhum noso serviso que por nos nem por nossos concelhos seja lançado. Outro sy nom nos sirvão nem por mar nem por terra nem mandem servir ca nossa mercê hé de os delles havermos por privilegiados e francos e quites de todos ditos incarregos e servisos e porem mandamos que nenhuma pessoa nom vá contra estes pervilegios nem contra nenhuma couza em elles conteuda ca nossa merce hé de serem guardados e comprido como em elle hé conteudo e qualquer ou quaisquer pessoas que contra elles forem em parte ou em todo seja certo que nos pagara os nossos incoutos de seis mil soldos e mandamos a qualquer dos nossos Almoxarifes e Escrivaens que os pinhorem por ellos logo e ao Escrivao que os ponha logo sobre o Almoxarife e de lhes essas pessoas tolherem os pinhores lhos nom queirão leixar mandamos a todas Justicas de Nossos Regnos que lhos ajudem a pinhorar e constranger por elles cá nossa merce he de lhe serem guardados e compridos como suzo dito hé e honde al nom façadez.» (fl. 3o).

(Continua).